

Ministro admite que País hoje não pode ter redução da dívida

Telefoto Reuter

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, admitiu ontem à tarde que o Brasil atualmente não tem condições de se beneficiar do Plano Brady, que dispõe de mecanismos para a redução de parte da dívida externa. Segundo ele, "houve uma certa fraqueza institucional e cometem-se erros" nos últimos tempos. E, por isso, o País hoje não tem como obter um abatimento em seu débito.

O Ministro disse que o Brasil deverá ser candidato a tal desconto no futuro, depois que tiver criado um sólido programa econômico.

— Para se candidatar é preciso ter um programa de reformas. E, por esse ângulo, o Brasil não reune agora as condições para se beneficiar do Plano Brady. Isso acontecerá quando houver no País um consenso que permita a criação e o cumprimento de um plano de reformas — disse Mailson.

O Ministro reconheceu que o atual Governo foi incapaz de cumprir o programa acertado com o Fundo Monetário Internacional, num discurso feito ontem perante o Comitê Interino dessa instituição. Ao justificar tal situação, ele voltou a dizer que a nova Constituição teve "um efeito arrasador" sobre os planos econômicos do Governo. Mais tarde, durante



Greenspan, do Fed, Camdessus, do FMI, e Brady, do Tesouro americano

uma entrevista, ele disse que só haverá condições de um ajuste sério a partir do ano que vem. E fez uma advertência aos políticos brasileiros e à sociedade em geral:

— O Brasil terá de realizar reformas estruturais não para poder se beneficiar do Plano Brady, mas sim porque sem elas o País será inviável.

No seu primeiro discurso, feito de

manhã, ele dissera aos credores que nenhum programa de ajuste econômico no Brasil poderá deixar de considerar três fatores: a construção da democracia, a reforma econômica e a preservação de "relações cooperativas" com a comunidade financeira internacional.

— Minha idéia foi mostrar a eles que o aspecto político complica a nossa situação, já que realizar refor-

mas implica em contrariar interesses e em vender à sociedade a proposta de se realizar sacrifícios. Está claro que não se pode avançar sem um grande processo de consenso, e isso é difícil de se obter numa fase de transição como a que atravessamos — disse o Ministro.

Mailson da Nóbrega voltou a falar, à tarde, perante o Comitê Interino do FMI. Nessa ocasião, disse que o Plano Brady só será efetivo se houver uma alteração em seu curso.

— Os programas de redução de dívida devem ser compatíveis com as condições particulares da economia e com a capacidade de pagamento de cada país. O nível adequado de redução para cada um deve levar em consideração não só a capacidade de pagamentos mas também o efeito sobre as principais variáveis internas, inclusive a situação fiscal, a expansão monetária e os incentivos ao investimento.

O Plano Brady, segundo Mailson da Nóbrega, ainda é insuficiente para aliviar as tensões nos países mais endividados.

— Esse plano é uma janela, mas ainda não é uma solução. Muitos passos terão de ser dados para que ele funcione de verdade — disse ele.

— Um deles, verdadeiramente essencial, seria a melhoria do sistema de regulação fiscal e bancária nos países ricos, para estimular os bancos a promover a redução da dívida.